

---

## A REDE DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM PORTUGAL E A SUA COBERTURA GEOGRÁFICA COM CRITÉRIOS DE DISTÂNCIA E DE TEMPO

Canavarro, C.<sup>(a)(d)</sup>; Roque, N.<sup>(b)</sup>; Alegria, C.<sup>(c)(d)</sup>

<sup>(a)</sup> - Unidade Técnico-Científica de Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária, Quinta da Senhora de Mércules, 6001-909 Castelo Branco, Portugal – E-mail: ccanavarro@ipcb.pt

<sup>(b)</sup> - Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária, Quinta da Senhora de Mércules, 6001-909 Castelo Branco, Portugal – E-mail: nroque@ipcb.pt

<sup>(c)</sup> - Unidade Técnico-Científica de Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária, Quinta da Senhora de Mércules, 6001-909 Castelo Branco, Portugal – E-mail: crisalegria@ipcb.pt

<sup>(d)</sup> - CERNAS - Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade

**Palavras-chave:** Análise de redes; Problema de cobertura; Rede de instituições de Ensino Superior; Sistemas de Informação Geográfica.

### Sumário:

Nos últimos anos tem-se vindo a assistir à reestruturação da rede do ensino superior. Realizou-se uma análise espacial aplicando a análise de redes num Sistema de Informação Geográfica onde se determinaram as áreas de abrangência de cada IESP com critérios de distância e de tempo. Encontrou-se uma IESP em todos os distritos de Portugal, o que não foi garantia de acessibilidade efetiva a todos os candidatos. Demonstrou-se que não existe excesso de IESP em Portugal.

### Resumo:

Neste estudo é argumentado que a grande pulverização territorial das Instituições de Ensino Superior Público (IESP) em Portugal é determinante para melhorar a desigualdade de oportunidades ao acesso ao ensino superior público, principalmente das regiões rurais do interior do País.

Em Portugal a distribuição regional das instituições de ensino superior decalca, em grande medida, a rede urbana nacional e a repartição regional da população portuguesa (DGES, 2013). As instituições públicas cobrem a totalidade do território nacional (Figura 1) enquanto as privadas se concentram nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e nas regiões com maior população.



Figura 1 – Instituições de ensino superior público: a) universidades; b) institutos politécnicos

Dada a dispersão regional das instituições de ensino superior público é compreensível que os candidatos dirijam as suas opções de forma predominante para as instituições que lhe estão mais próximas.

Acresce ainda que, até 2020, Portugal comprometeu-se com a Europa atingir a meta dos 40% de diplomados no ensino superior. Porém, dada a reestruturação que tem vindo a ser operada na rede do ensino superior a questão deve ser encarada primordialmente em termos de igualdade de direito ao acesso ao ensino superior

Nesse sentido, é legítimo colocar a questão se o acesso ao ensino superior público está acessível a todos, principalmente nas áreas rurais? E ainda, se haverá então demasiadas Instituições de Ensino Superior Público (IESP)?

Para comprovar a hipótese de trabalho, primeiramente localizaram-se geograficamente as IESP (universidades e institutos politécnicos). Seguidamente, aplicou-se a análise de redes para a determinar as áreas de abrangência de cada uma destas quer em tempo de deslocação quer em distância.

Foram resolvidos problemas de cobertura, com o objetivo de determinar as áreas de abrangência para as 53 IESP identificadas. Numa primeira abordagem, consideraram-se critérios de distância de 15 e 30 km, permitindo gerar duas áreas de cobertura, respetivamente até 15 km e até 30 km, para cada um dos pontos, num total de 106 polígonos. Também foram usados critérios temporais na identificação das áreas de abrangência às IESP, de 15, 30 e 40 minutos no máximo, tendo sido gerados 53x3 polígonos. Para todos os polígonos criados, calculou-se a respetiva área de cobertura (km<sup>2</sup>) de cada IESP no ArcGIS (ESRI, 2010).

Portugal (cerca de 89 015 Km<sup>2</sup> de superfície) dispõe de uma rede de ensino superior

público que cobre aproximadamente 11% do território (9 799 km<sup>2</sup>) se considerada uma distância máxima de acesso de 15 km de distância. Em 75% do espaço territorial o acesso a uma IESP encontra-se a distâncias de deslocação superiores a 30km (Figura 2).

A mesma análise para os critérios temporais considerados, tem-se que a rede de ensino superior cobre aproximadamente 15% do território para uma distância até 15 minutos. Uma cobertura de 38% do território foi obtida para uma distância de até 30 minutos e de 45% para uma distância de até 40 minutos. Daqui resulta que em 55% do espaço territorial o acesso a uma IESP se encontra a tempos de deslocação superiores a 40 minutos (Figura 3).

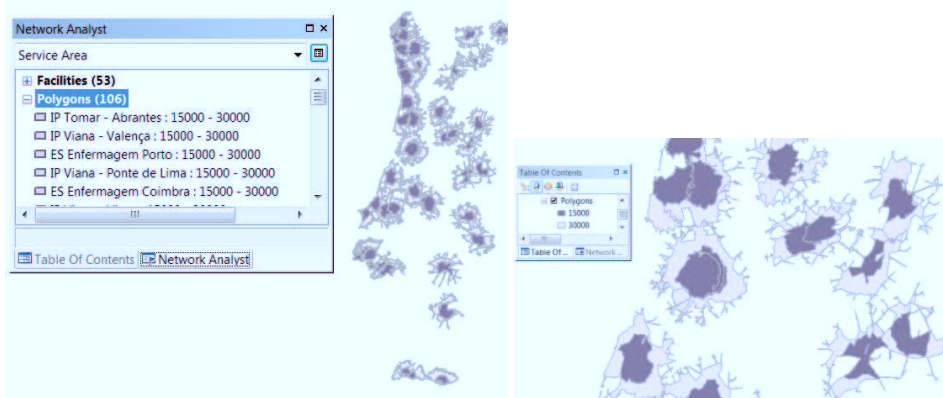


Figura 2 – Áreas de abrangência: 15 km e 30 km

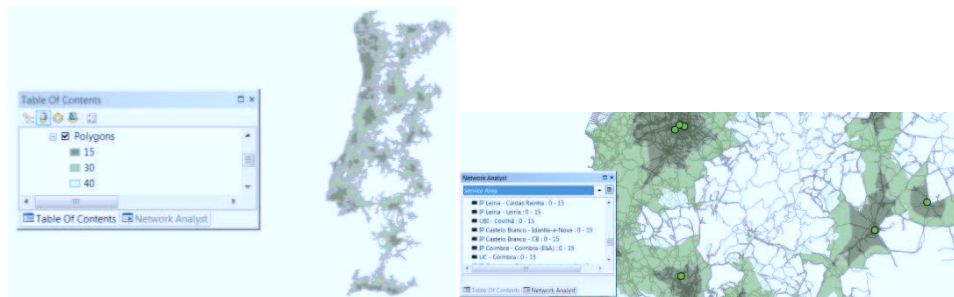


Figura 3 – Áreas de abrangência: 15, 30 e 40 minutos; detalhe da área de cobertura do IPCB

Num país pequeno como Portugal, quando falamos em desertificação humana, e em vastas zonas em que não existem IESP a menos de 30 km de distância, pode tornar-se ridículo. Mas com as recentes políticas de ensino, que levaram à criação de mega-agrupamentos de Escolas (ensino básico e secundário) paralelamente ao encerramento de grande número de escolas, perspectiva-se um futuro negro para as IESP.

A notória assimetria entre o interior e o litoral e entre o norte e o sul, tenderá a ser

---

ainda mais acentuada, caso se venha a verificar o desaparecimento de certo tipo de oferta na rede de ensino superior do país.

### **Referências bibliográficas:**

1. DGES (2013). Acesso ao Ensino Superior. <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Rede/Ensino%20Superior/Estabelecimentos/Rede%20P%C3%BAblica/> (24.10.20134)
2. ESRI (2010), ArcGIS Desktop, Version 10.1. Environmental Systems Research Institute. Washington: Inc. Reedlands
3. INE (2012). Censos 2011. Resultados definitivos. Portugal. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa. Até um máximo de cinco referências